

# Sintef-GO Pergunta, Candidato Responde!

Candidata, o Sintef-GO, comprometido com princípios presentes no seu Estatuto, tem buscado assegurar a defesa das instituições que integram a Rede Federal e seus servidores técnico-administrativos e docentes, bem como o avanço da democratização das mesmas. A atual eleição em curso no IFG para Reitoria e Direção Geral de Campus demanda da parte do Sintef-GO a cobrança de posicionamentos dos candidatos e candidatas acerca de um conjunto de temas que interessam aos servidores, aos estudantes e à comunidade em geral. Nesse sentido, foi criado o projeto "Sintef-GO Pergunta, Candidato Responde!" para contribuir com o debate e esclarecimento junto aos segmentos internos e à comunidade acerca de questões que dizem respeito ao presente e futuro da instituição. Em razão das restrições apresentadas no Regulamento das Eleições, neste pleito não será autorizada a realização de debates propostos por parte das entidades estudantis e movimentos sindicais. Desse modo, a alternativa encontrada foi elaborar perguntas, organizadas em formulário do Google, as quais foram enviadas a todos os(as) candidatos(as) à Reitoria e à Direção Geral de Campus no mesmo horário, com limite de 500 caracteres por resposta.

Para a formulação das questões foram levados em conta assuntos que têm sido acompanhados pelo Sindicato ao longo do tempo e, de modo específico, temas indicados por servidores/as e discentes em formulário elaborado pelo Sintef-GO e pelas Seções Sindicais do SINASEFE de Formosa e de Jataí, posteriormente divulgado junto aos servidores e comunidade pelo site do Sintef-GO no mês de abril/2021.

As respostas apresentadas pelas candidatas não receberão qualquer interferência por parte da Diretoria do Sintef-GO, sendo da inteira responsabilidade das candidaturas a revisão e coesão das ideias e de linguagem. As respostas serão disponibilizadas no site do Sintef-GO, como contribuição ao debate, reflexão e, conseqüentemente, posicionamento dos/as servidores/as em face das candidaturas em disputa.

O formulário com as perguntas será enviado aos candidatos na tarde do dia 08 (terça-feira) e será recebido com as respostas até as 18h do dia 10 (quinta-feira) de junho. A postagem na página do Sintef-GO será realizada no dia 11 (sexta-feira) de junho.

E-mail \*

oneidacristina@gmail.com

Como você se posiciona acerca da bandeira de defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, inclusiva e socialmente referenciada?

Compreendemos que mais do que uma bandeira, a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, inclusiva e socialmente referenciada, são princípios e também compromissos que assumimos no nosso Plano de Trabalho. Somente com a afirmação destes é possível construir uma educação emancipatória, necessária à construção de uma sociedade cada vez mais igualitária.

Qual seu posicionamento frente os ataques do Governo Federal contra a autonomia curricular, pedagógica, administrativa e financeira do IFG?

Somos resistentes aos ataques que comprometem a realização dos princípios que estão no nosso Plano de Trabalho. Compreendemos que junto à comunidade é necessário a afirmação da nossa autonomia, por meio da ação política e jurídica. Nossa defesa junto ao CONIF de pautas que reafirmam, a natureza pública, gratuita e atuação em rede da instituição, da formação integrada, da inclusão social e da valorização do trabalho dos servidores.

Qual é a disposição de conduzir a gestão da Instituição pautando-se nos documentos institucionais construídos nos Congressos (Institucionais) do IFG?

Não é uma disposição, temos compromisso! Um dos grandes avanços na Instituição foi a efetivação de Congressos que discutem e elaboram os documentos fundantes. Por isso, um Plano de Trabalho que se pauta pela democracia e o trabalho coletivo precisa, necessariamente, ter como diretriz estes documentos. No nosso Plano de Trabalho nos comprometemos, assim, com a implementação de formas democrático-participativas de revisão do Regimento Geral do IFG e de construção do PDI 2024-2029.

Você possui compromisso com gestão democrática institucional? Se sim, como pretende materializar essa concepção de gestão democrática?

Este é outro princípio fundante do nosso Plano de Trabalho. Em termos políticos, é nosso compromisso de gestão. Além de reafirmar todos os espaços em que se realizam os processos democráticos, outros deverão ser criados, coletivamente, para integrar e incluir as diversas reivindicações, ideias, ações que são colocadas pela comunidade. Das quais estão elencadas no nosso Plano de Trabalho.

Qual o seu posicionamento e visão acerca da questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão? Na sua visão, que relação esta questão guarda com o cumprimento da função social que o IFG pode e/ou deve desenvolver?

As ações formativas do IFG devem ser pautadas pela indissociabilidade. Propomos o fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão que integrem as comunidades acadêmicas dos câmpus do IFG, promovendo diálogo sobre conhecimentos específicos das áreas e sobre a potencialidade pedagógica da interdisciplinaridade. Nossa proposta de ação, coloca em níveis ampliados, porque diferente de uma formação restrita, o desenvolvimento dos estudantes.

Do seu ponto de vista, qual posicionamento a Instituição deve assumir quanto aos interesses do chamado “mercado” e àqueles vinculados aos/às trabalhadores/as?

Nossos interesses são educativos e a formação dos trabalhadores em suas demandas pelo seu desenvolvimento e da sociedade. Nosso compromisso de ação é no fortalecimento da relação com as instituições públicas, os arranjos produtivos e socioculturais presentes nos territórios de abrangência do IFG, com a finalidade de qualificar a oferta das ações de ensino, pesquisa e extensão, ampliando parcerias institucionais para ampliar as possibilidades dos estudantes com o mundo do trabalho.

Como você vê a questão da defesa de uma educação inclusiva, apoiada na formação integrada e emancipatória?

A educação inclusiva é um princípio do nosso Plano de Trabalho. Também um compromisso político. Contudo, a educação inclusiva não pode ser efetivada nos marcos do assistencialismo. Deve ser assumida como direito social que todos têm em relação à educação. Neste sentido, vale destacar os itens que estão no nosso Plano de Trabalho, assentados na formação integrada e emancipatória.

Como você vê a questão da igualdade étnico-racial, de gênero e de diversidade de orientação sexual na Instituição?

Esta é uma questão fundante em um Plano de Trabalho que tem como premissas a democracia, o direito social e o respeito à diversidade. Portanto, em nosso Plano de Trabalho apontamos diversas ações (algumas delas já elencadas) que visam a efetivação dos direitos de todos. Inclusive com a criação da Diretoria de Ações Afirmativas e inclusiva.

Na sua visão, sobre quais bases devem ser estabelecidas as relações entre Reitoria e Direção Geral de Campus? Entre políticas institucionais e gestão local?

O Plano de Trabalho compreende que a relação entre as Políticas Institucionais e a gestão local deve ser efetivada a partir da legislação que versa sobre a nossa institucionalidade, princípios e finalidades, da legislação educacional, dos documentos internos, assim como nas especificidades locais. É fundamental o respeito às demandas específicas dos câmpus, na perspectiva do fortalecimento do projeto político-pedagógico e da infraestrutura, como base para integração da instituição como um todo.

Qual a sua visão acerca das 30h e flexibilização do trabalho do servidor técnico-administrativo em educação? Qual a sua posição acerca da terceirização técnico-administrativa na Instituição? Quais as suas propostas acerca da jornada de trabalho do servidor técnico-administrativo em educação?

Somos contra a terceirização técnico-administrativa na Instituição, defendendo as condições de trabalho decente, as 30 horas como direito e lutarei na esfera política e jurídica nas instâncias pela manutenção das 30 horas como um direito conquistado pela categoria.

Quais são suas propostas para estimular a capacitação e ampliar as possibilidades de qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes no IFG? Como você avalia a participação destes servidores nas ações de ensino, pesquisa e extensão?

Na capacitação dos servidores vamos defender a política de licença para qualificação, também incentivar as possibilidades de licença para capacitação para cursos formativos vinculados à atividade fim. Fortalecer os programas de pós-graduação na instituição e em Rede.

Sabemos que a oferta de ensino com qualidade necessita, dentre outros aspectos, de infraestrutura e equipamentos adequados. Como você objetiva equacionar a desigualdade que ainda persiste entre os câmpus em relação a esses aspectos e garantir a consolidação do processo de expansão com qualidade do IFG?

Agir de acordo com o PDI através do Plano Diretor que tem como princípio estabelecer critérios para a definição de prioridades do IFG. Propusemos a implementação de orçamento participativo na instituição fazendo com que as realidade e demandas sejam publicizadas e as alocações sejam feitas com transparência, participação e consolidação. Só com o debate transparente e com a participação, conseguiremos promover a igualdade a partir das singularidades de cada campus.

Qual a sua posição acerca da Reforma Administrativa proposta pelo Governo Federal? Caso essa "reforma" seja aprovada, você tem uma leitura de cenário futuro que ela acarretará na Rede Federal e no IFG?

Sou radicalmente contra a proposta atual a Reforma Administrativa. Defendo que se faz necessário sim uma revisão sobre a carreira dos TAEs e suas condições de salário, contudo esta proposta só pode ser valida se discutida amplamente com as entidades sindicais, e orientada pela melhoria da carreira e recuperação das perdas salariais.

Como você avalia as orientações e políticas institucionais vigentes para a manutenção do diálogo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais?

Manter diálogo com os arranjos produtivos é uma das nossas atribuições na nossa lei de criação. Esse diálogo não é de subsunção e perda da função da instituição. O diálogo deve aglutinar experiências e acordos que fortaleçam nossos estudantes, servidores e nossa função social

Qual sua posição sobre a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no IFG?  
Qual sua compreensão sobre os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas (NAPNEs)?

A acessibilidade é um direito das pessoas com deficiência. No nosso plano de trabalho essa não é uma questão acessória. Tem centralidade. O NAPNE e o NAI são fundamentais nesse processo. O IFG tem caminhado na formação, regulamentação e apoio aos NAPNES, mas temos que avançar ainda mais. Tornar ampla a discussão de garantia dos direitos de acessibilidade e adaptação física e pedagógica é nossa proposta de frente de atuação.

Qual a sua posição acerca de propostas como o Future-se e a Portaria 983/2020? Quais as suas propostas acerca da jornada de trabalho do servidor docente?

Conforme falei no debate, sou radicalmente contra. O Future-se ataca nossa autonomia, destrói nossa perspectiva de formação integrada, age alinhado ao mercado, na lógica da concorrência, desresponsabiliza o poder público no financiamento do ensino superior, reforça o subfinanciamento e abre a possibilidade da gestão pelas organizações sociais, entidades privadas sem fins lucrativos que recebem subvenção do governo para prestarem serviços.

Quais ações você destacaria como prioridade para garantia e aprimoramento das políticas de permanência e assistência estudantil?

Faz-se necessário a luta política para uma legislação que assegure a política e assistência estudantil e o seu financiamento. Não só para o IFG, mas para toda a rede. A política de permanência passa pela formação e capacitação dos servidores, em especial à formação docente, fortalecimento dos Napnes e das CAPDs, com formação e código de vagas. Como proposta de ação, a criação da Diretoria de Assuntos Estudantis.

Em sua opinião, quais ações institucionais podem ser adotadas com vistas à minimizar as assimetrias apontadas por muitos servidores nas relações de trabalho entre docentes e técnico-administrativos?

Nossa defesa é que somos trabalhadores da educação. Neste sentido um trabalho constante via Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos de que não há assimetria ou hierarquia entre os trabalhadores da educação, existe especificidades do trabalho que em conjunto resultam na qualidade do trabalho institucional. Reconhecer isso é o caminho também no combate ao assédio e de que devemos avançar na luta política sobre a carreira e as condições de salário dos servidores.

Caso seja eleito(a), como objetiva estabelecer/manter a relação com as entidades estudantis e os movimentos sindicais?

Minha candidatura é construída em diálogo constante com as entidades de representação. Sou uma trabalhadora da educação, filiada ao sindicato e reconheço as entidades como esfera de luta e de representação das categorias, no diálogo constante, garantindo e lutando junto com elas por uma instituição com condição de trabalho decente e livre espaço de manifestação. Estarei também fortalecendo as instâncias institucionais, sempre pautando o direito de representação das entidades nessas instâncias.

Caso seja eleito(a), você confirma o compromisso de respeitar o resultado das urnas?

Conforme me pronunciei no debate das candidatas. Eu tenho compromisso com a democracia, irei respeitar o resultado as urnas e em nenhuma hipótese aceitarei a posição de reitor pela via que não a democrática. Não serei interventora no IFG!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários